

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

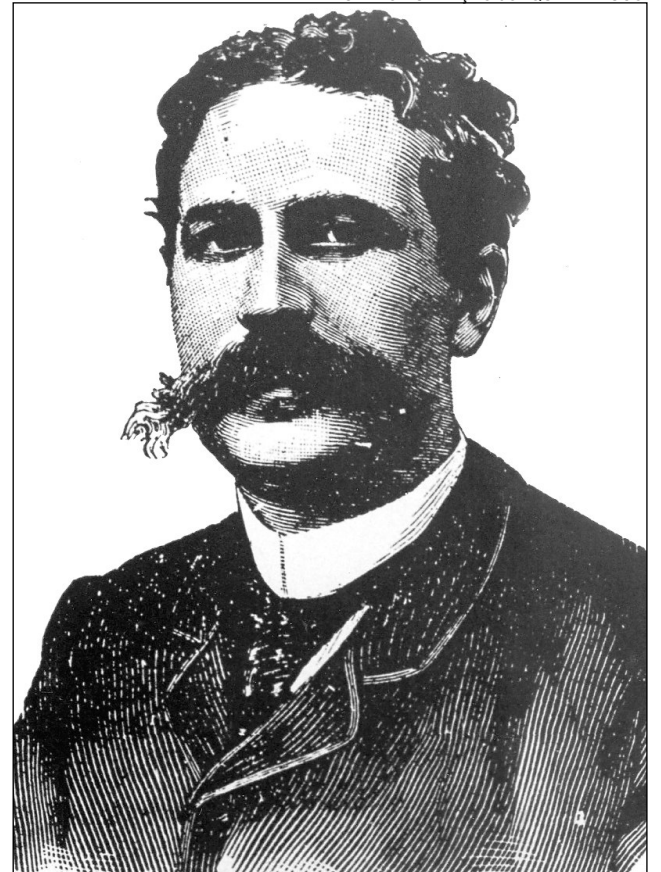
Ano LXXXVII • Nº 63

Poder Legislativo

Recife, sábado, 24 de abril de 2010



ACERVO FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO



ACERVO FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

ENGENHO MASSANGANA - Abolicionista (à direita) viveu com padrinhos, nas terras do Cabo de Santo Agostinho. A área íntegra, atualmente, a Região Metropolitana do Recife

Traços físicos favorecem trajetória política

Eloquência de Joaquim Nabuco transmitia confiança

Homem de voz marcante e com mais de 1,80 metro de altura. Difícil seria não notar o eloquente Joaquim Nabuco. As características físicas serviriam como facilitador para que o monarquista ingressasse na carreira política. Em meio aos discursos, ainda enquanto militante do Clube da Reforma, os atributos naturais facilitaram a compreensão por quem o escutava, já que eram tempos sem microfone e de acústica limitada. Essas qualidades, aliadas ao envolvimento da família à vida pública, seriam determinantes.

Foi o pai quem o conduziu. Pouco antes de morrer, José Tomás Nabuco de Araújo havia acertado com o chefe político de Pernambuco, o barão de Vila-Bela, a eleição de Quincas - como também era conhecido o jovem Nabuco. Em 1878, o abolicionista chega ao cargo de deputado-geral. No princípio, enfrentou as vaias da população insatisfeita com a indicação. Mas, ciente das habilidades que tinha, reverteu o cenário hostil.

Segundo o doutor em Literatura Brasileira e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Anco Vieira, Nabuco

tinha o dom de transmitir confiança e defendia ideais com clareza de raciocínio. “Essas particularidades e o fato de estar ao lado das grandes questões do seu tempo foram pontos a seu favor”, observou. A partir daí, atraiu a atenção de todos. Com o fim do primeiro mandato, intensifica a luta pelo fim da escravidão.

Candidato ao segundo mandato, em 1880, perdeu as eleições. Essa foi a época de um dos muitos rompimentos com a amada, a investidora profissional brasileira, residente em Paris, Eufrásia Teixeira Leite. O término com a indepen-

dente mulher, segundo muitos estudiosos, teria abalado o desempenho de Nabuco. “Diante dos acontecimentos, o político viajou sozinho para a Inglaterra, onde curou as mágoas”, retomou o historiador Fernando Gouvea.

O momento de baixa pessoal, no entanto, daria espaço a uma sucessão de conquistas coletivas. Em 1884, voltou ao Brasil e foi eleito deputado-geral pela segunda vez. Enfrentou ainda mais duas eleições. Na última, em 1888, conquistou o processo eleitoral e, enquanto protagonista da luta pela abolição da escravatura, viu ser assi-

nada pela princesa Isabel a Lei Áurea, a 13 de maio. Já casado com Evelina Ribeiro e pai de cinco filhos, encerrou a carreira pública como diplomata.

À FRENTE DO SEU TEMPO - Um visionário. Assim foi Joaquim Nabuco entre os contemporâneos. Homem de múltiplas habilidades, que enxergou além das instituições e definiu o mal do Brasil. O pernambucano extraiu da própria vivência o entendimento quanto ao “atraso” do País. Para o abolicionista, não era o regime monárquico o obstáculo, mas a escravidão e a concentração de proprie-

dades nas mãos de poucos.

“O sentimento de ser a última nação de escravos humilhava nossa altivez”, ponderava o deputado. E mais, como destacou o professor Anco Vieira, para o diplomata era preciso um trabalho dedicado de diversas outras gerações para apagar a herança de três séculos de desigualdade e sofrimento causada pela escravidão. “Daí sua defesa pela Reforma Agrária, permitindo criar uma classe média negra no Brasil. Ele foi, sem dúvida, defensor incansável dos seus ideais e do futuro do País”, complementou.

Ordem do Dia

TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2010, ÀS 14:30 HORAS.

Ordem do Dia

Votação em Único Turno do Parecer de Redação Final nº 5117/2010

Autora: Comissão de Redação Final (Discussão Encerrada)

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1537/2010, de autoria do Poder Executivo que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, no valor de onze milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais, em favor da Secretaria das Cidades, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Votação em Único Turno do Parecer de Redação Final nº 5118/2010

Autora: Comissão de Redação Final (Discussão Encerrada)

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1539/2010, de autoria do Poder Executivo que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, no valor de catorze milhões, quinhentos e vinte mil, quinhentos e vinte reais, em favor da Secretaria de Planejamento e Gestão, para aplicação pelo Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FUNDERM, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Votação em Único Turno do Parecer de Redação Final nº 5119/2010

Autora: Comissão de Redação Final (Discussão Encerrada)

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1540/2010, de autoria do Poder Executivo que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, no valor de cento e sete milhões, seiscentos e seis mil e oitocentos reais, em favor da Secretaria de Defesa Social e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Votação em Primeiro Turno do Projeto de Lei Ordinária nº 1529/2010

Autor: Poder Executivo (Discussão Encerrada)

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinada à realização das intervenções necessárias para a construção do Estádio de Futebol, no Município de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife, que será sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e na urbanização de seu entorno, e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 30/3/2010

Votação em Primeiro Turno do Projeto de Lei Ordinária nº 1538/2010

Autor: Poder Executivo (Discussão Encerrada)

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, no valor de cinco milhões, trezentos e dezesseis mil reais, em favor da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 1ª/4/2010

Votação em Primeiro Turno do Projeto de Lei Ordinária nº 1548/2010
Autor: Poder Executivo (Discussão Encerrada)

Inclui Programa e Ações no Plano Plurianual 2008/2011, abre crédito Especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2010, no valor de nove milhões, quinhentos e sessenta e dois mil reais, em favor da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 8ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 13/4/2010

Votação em Primeiro Turno do Projeto de Lei Ordinária nº 1486/2010
Autor: Poder Executivo (Discussão Encerrada)

Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder ao município de Vitória de Santo Antão, o direito de uso do imóvel destinado à implantação de Núcleo de Apoio Industrial, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Industrial, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 10/3/2010

Votação em Único Turno da Indicação nº 4579/2010
Autor: Dep. Ciro Coelho (Discussão Encerrada)

Apelo ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado no sentido de criar um destacamento policial permanente, no Distrito de Umãs, Município de Salgueiro, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno da Indicação nº 4580/2010
Autor: Dep. Ângelo Ferreira (Discussão Encerrada)

Apelo ao Secretário de Transportes no sentido de que sejam efetuados os reparos necessários no asfalto e o roço da vegetação, bem como a manutenção da rodovia PE 265, que liga o Povoado de Cruzeiro do Nordeste/Cidade de Sertânia/Povoado de Pernambuco, por existir trechos que se encontram em péssimas condições de trafegabilidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno da Indicação nº 4581/2010
Autor: Dep. Ângelo Ferreira (Discussão Encerrada)

Apelo ao Secretário de Transportes no sentido de que sejam executados um conjunto de operações visando

corrigir defeitos existente no trecho da PE-280, que liga Sertânia à BR232/Entrocamento com o Município de Custódia, que estão ocasionando restrições ao tráfego e sérios riscos de acidentes aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno da Indicação nº 4582/2010
Autor: Dep. Clodoaldo Magalhães (Discussão Encerrada)

Apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco e ao Corregedor Geral da Justiça do Estado no sentido de que seja implantado um Juizado de Pequenas Causas no município de Sirinhaém, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno da Indicação nº 4583/2010
Autor: Dep. Clodoaldo Magalhães (Discussão Encerrada)

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário dos Transportes e Diretor Presidente do DER/PE no sentido de viabilizar a recuperação da PE-09 no trecho entre a Barra de Sirinhaém e o Píer de Maria Assú.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno da Indicação nº 4584/2010
Autor: Dep. Clodoaldo Magalhães (Discussão Encerrada)

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário dos Transportes e Diretor Presidente do DER/PE no sentido de viabilizar a recuperação da PE-64, no trecho entre a sede do município de Sirinhaém ao Distrito de Ibiratinga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno da Indicação nº 4585/2010
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins (Discussão Encerrada)

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito do município de Araçoiaba, ao Secretário da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Presidente da COMESA e no sentido de realizar obras de saneamento na Avenida Nova, no município de Araçoiaba, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno do Requerimento nº 4863/2010
Autor: Dep. Augusto Coutinho (Discussão Encerrada)

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo: **"Cegueira Ideológica"**, publicado na seção Nossa Opinião do Jornal O GLOBO, em 12 de abril do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno do Requerimento nº 4864/2010
Autor: Dep. Augusto Coutinho (Discussão Encerrada)

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo: **"Máquina de moer adversários"**, de autoria de Paulo Guedes, publicado na seção Opinião do jornal O GLOBO, em 12 de abril do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno do Requerimento nº 4865/2010
Autor: Dep. Antônio Moraes (Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos ao Diretor Presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo à frente daquele órgão em defesa dos interesses ambientais de Pernambuco

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno do Requerimento nº 4866/2010
Autor: Dep. Clodoaldo Magalhães (Discussão Encerrada)

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo: **"O cidadão pernambucano Jorge Corte Real"** de autoria do Diretor Regional do SESI/PE, Sr. Antônio Barbosa, vinculado no Caderno Opinião do Diário de Pernambuco do dia 24 de Março do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Votação em Único Turno do Requerimento nº 4867/2010
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins (Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos pela inauguração do Canal 6 da Rede Estação, na cidade de Caruaru, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº

1485/2010

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóvel público, localizado no município do Recife, destinado aos serviços de fornecimento de alimentos ao centro de Apoio ao Sistema de Saúde - CASIS, mediante prévia licitação, nos termos do artigo 4º, § 1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 10/3/2010

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1496/2010
Autor: Poder Executivo

Autoriza supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica, em função da necessidade de consolidação do processo de urbanização das Zonas Industriais - ZI e Industrial Portuária - ZIP de SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 2ª Comissões.

Depende de Parecer das 3ª e 7ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/3/2010

Discussão Única da Indicação nº 4586/2010
Autor: Dep. Ângelo Ferreira

Apelo ao Secretário de Transportes no sentido de que sejam executados um conjunto de operações em trechos da PE 275, para a realização de tapa buraco da estrada e roço nos acostamentos, no trecho de Sertânia-Brejinho, que estão ocasionando restrições ao tráfego e sérios riscos de acidentes aos usuários.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única da Indicação nº 4587/2010
Autor: Dep. Eriberto Medeiros

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife no sentido de viabilizar a instalação de "banheiros públicos móveis - tipo químico", na Feira Livre Bomba Grande, na Avenida Inácio Monteiro, bairro do Cordeiro, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única da Indicação nº 4588/2010
Autora: Dep. Jacilda Urquiza

Apelo ao Secretário de Transportes da Prefeitura da Cidade de Olinda no sentido de providenciar urgentemente a recomposição da pintura da sinalização horizontal de trânsito na cidade de Olinda, especialmente, as faixas brancas para travessia de segurança dos pedestres.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única da Indicação nº 4589/2010
Autora: Dep. Elina Carneiro

Apelo ao Governador do Estado e ao Prefeito do Município de Gravata no sentido de viabilizar a recuperação Rua São Pedro no Bairro Novo no Município de Gravata, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única da Indicação nº 4590/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário Estadual de Transportes e Diretor Presidente do DER-PE objetivando a iluminação no trecho que compreende a lombada eletrônica instalada na PE-060 e o Posto da Polícia Rodoviária no Município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única da Indicação nº 4591/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social do Estado visando o aumento do efetivo policial no Distrito de Pontezinha no Município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única da Indicação nº 4592/2010
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Defesa Social visando a realização, com frequência, de BLITZ nas ruas do Distrito de Pontezinha no Município do Cabo de Santo Agostinho, envolvendo as Delegacias Especializadas de Proteção a Criança e ao Adolescente; além da Polícia Militar, sempre que possível com o apoio da Guarda Municipal e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4868/2010
Autora: Dep. Terezinha Nunes

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaias Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Antônio Moraes; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Sebastião Rufino; 3º Secretário, Deputado Aglailson Júnior; 4º Secretário, Deputado Manoel Ferreira. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-Geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente-Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Rodrigo Moreira Cordeiro (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Bráulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Franklyn Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente-Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Coordenador-Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente-Educacional); **Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo,** Cynthia Barreto (Assistente-Chefe); **Auditoria,** Maria Gorete Pessoa de Melo (Auditora-Chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Ana Lúcia Lins (Assistente de Comunicação Social, interina); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editores:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia); Breno Laprovitera (Edição de Fotografia); João Bitta, Moisés Barbosa, Ricardo Verçosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Felipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezo Ramos; **Estagiários:** Cinthia Carvalho, Jullimária Dutra, Priscila Sá, Roberto Morá, Simone Lourenço e Victória Alvares; **Chefe do Departamento de TV,** Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV,** Natália Câmara; **Reportagem:** Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mara Amorim; **Produção:** Christianne Alcântara, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação:** Mônica Alcântara. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail:** dcomunic@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Voto de Protesto ao Senhor Félix Valente pelas agressões postadas no Twitter contra o jornal Diário de Pernambuco acusando-o de ser um “balcão de negócios” e “refém de seus interesses econômicos”.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/4/2010

Discussão Única dos Requerimentos nºs 4869/2010 e nº 4874/2010
Autores: Dep. Ângelo Ferreira e Dep. Clodoaldo Magalhães

Voto de Aplausos ao presidente eleito da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco, José Alexandre Mirinda Moreira em razão de sua posse na presidência da Ademi-PE, no dia 15 de abril do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4870/2010
Autor: Dep. Isaltino Nascimento

Voto de Pesar pelo falecimento do ex deputado estadual e ex prefeito da cidade de Lajedo, Antônio Dourado Cavalcanti. Fato ocorrido na madrugada do dia 16 de abril do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4871/2010
Autor: Dep. Isaltino Nascimento

Voto de Aplausos ao Conselho Regional de Fonoaudiologia - 4ª Região pela comemoração do Dia Mundial da Voz, em 16 de abril do corrente ano

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4872/2010
Autora: Dep. Terezinha Nunes

Solicita que sejam transcrito nos Anais desta Casa, as Notas intituladas: “Nota de Esclarecimento” e “Chesf Sempre”.veiculadas no Jornal do Comercio, nas seções Brasil e Economia, em suas edições de 12 e 13 de abril do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4873/2010
Autora: Dep. Antônio Moraes

Solicita que seja transferida a data da Reunião Solene do dia 26 de maio de 2010, referente ao Requerimento nº 4510/2010, em homenagem ao aniversário de 90 anos de fundação da agremiação carnavalesca, Bloco das Flores, para o dia 31 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4875/2010
Autor: Sebastião Rufino

Voto de Congratulações com o Colégio Militar de Recife pelos seus cinquenta anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4876/2010
Autor: Eriberto Medeiros

Voto de Congratulações com Bom Sucesso Futebol Clube pela passagem dos sessenta e hum anos de fundação, prestando relevantes serviços sociais e esportivos ao povo pernambucano, em especial no bairro Alto José do Pinho, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4877/2010
Autor: Eriberto Medeiros

Voto de Aplausos ao Bloco Lírico Com Você no Coração, na pessoa de sua presidente, Senhora Eleny Régis da Cruz, pela consagração de campeão do Grupo Especial do Carnaval Multicultural 2010 desta Capital, categoria Blocos de Pau e Corda, com 109, 6 pontos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4878/2010
Autor: Eriberto Medeiros

Voto de Congratulações com o Colégio Militar do Recife, na pessoa do seu comandante e diretor de ensino, Cel. Art. Iran Jaborandy Rodrigues, extensivo aos oficiais instrutores, professores civis e militares, sargentos monitores, demais militares, oficiais e praças, civis, alunos e ex-alunos, pela passagem de seu Cinquentenário em dia 25 de abril, prestando relevantes serviços educacionais as crianças e adolescentes pernambucanos, assegurando a formação do cidadão e despertando vocações para a carreira militar.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4879/2010
Autor: Dep. Coronel José Alves

Solicita que seja transcrito nos Anais desta o artigo intitulado: “ **O FIM DO NORDESTE E A CHESF** ”, de autoria do Dr. George Emílio Bastos Gonçalves, publicado

no Jornal do Comércio do último dia 13 de abril próximo passado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4880/2010
Autor: Dep. Ângelo Ferreira

Voto de Congratulações com o Presidente eleito do Sindicato dos Radialistas de Pernambuco, Inaldo Salustiano em razão de sua eleição ocorrida em 15 de abril do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Discussão Única do Requerimento nº 4881/2010
Autora: Dep. Carla Lapa

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa a passagem do **Dia Estadual e Nacional de Luta pela Reforma Agrária**, em 17 de abril do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/4/2010

Ata de Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL REALIZADA AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ.

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às dezessete horas, no Plenarinho II, localizado no quinto andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco – Edifício Senador Nilo Coelho, nos termos regimentais e em obediência à convocação por edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se os Deputados, membros titulares RAIMUNDO PIMENTEL (PSB) e SÍLVIO COSTA FILHO (PTB), e membro suplente ISALTINO NASCIMENTO (PT), sob a Presidência do Deputado CLODOALDO MAGALHÃES (PTB). Observado o quorum regimental, o Deputado Clodoaldo Magalhães iniciou a Reunião Ordinária da Comissão de Saúde e Assistência Social, presidindo os trabalhos, e em seguida convidou o Deputado Sílvio Costa Filho para secretariá-lo, ao qual passou a palavra para leitura da Ata da Reunião anterior, que após ser colocada em discussão e em votação a Ata foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento, o Sr. Presidente colocou em distribuição os Projetos de Lei: Projeto de Resolução nº 1415/2010, de autoria do Deputado Antônio Moraes, à Deputada Miriam Lacerda como Relatora; Projeto de Resolução nº 1418/2010, de autoria do Deputado Henrique Queiroz, ao Deputado Raimundo Pimentel como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1427/2010, de autoria do Deputado Izaías Régis, ao Deputado Augusto César Filho como Relator; Projeto de Resolução nº 1438/2010, de autoria do Deputado Amaury Pinto, à Deputada Miriam Lacerda como Relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 1459/2010, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, ao Deputado Augusto César Filho como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1472/2010, de autoria do Deputado Amaury Pinto, ao próprio Presidente como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1484/2010, de autoria do Poder Executivo, em Regime de Urgência, ao Deputado Raimundo Pimentel como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 1494/2010, de autoria do Poder Executivo, em Regime de Urgência, à Deputada Miriam Lacerda como Relatora; e finalmente, Projeto de Lei Ordinária nº 1497/2010, de autoria do Deputado Barreto, ao Deputado Augusto César Filho como Relator. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 1484/2010, de autoria do Poder Executivo e passou a palavra ao Relator, Deputado Raimundo Pimentel que passou a emitir seu parecer, pela aprovação. Dando prosseguimento, o Sr. Presidente colocou em discussão e em votação, sendo o parecer aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Sr. Presidente facultou a palavra aos Deputados presentes, que agradeceram mas não fizeram uso da mesma, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos Deputados presentes, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Sala das reuniões, em 24 de março de 2010.

Clodoaldo Magalhães
 Presidente

Membros Titulares:

Raimundo Pimentel
 Sílvio Costa Filho
 Membros Suplentes:

Isaltino Nascimento

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CARLOS SANTANA NA REUNIÃO DO DIA 09 DE MARÇO DE 2010.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 02

Convoco de acordo com o art. 105 - inciso I c/c o art. 81 - inciso I do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os Deputados: Sérgio Leite, Jacilda Urquiza, Luciano Moura e Sebastião Oliveira, membros titulares e os Deputados: Augusto Coutinho, Isabel Cristina, Isaltino Nascimento, Pastor Cleiton Collins e Pedro Eurico, membros suplentes, para se fazerem presentes na **Reunião Ordinária nº 02** deste colegiado técnico, a ser realizada no dia **27 de abril de 2010 às 10h:00min, no Plenarinho II, 5º Andar do Anexo I do Palácio Joaquim Nabuco.**

ASSUNTO: “REESTRUTURAÇÃO DA ELETROBRÁS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A CHESF E O NORDESTE”

Recife, 23 de abril de 2010.

Deputada Terezinha Nunes
 Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 06

Convoco de acordo com o art. 105 - inciso I c/c o art. 81 - inciso I do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os Deputados: Sérgio Leite, Jacilda Urquiza, Luciano Moura e Sebastião Oliveira, membros titulares e os Deputados: Augusto Coutinho, Isabel Cristina, Isaltino Nascimento, Pastor Cleiton Collins e Pedro Eurico, membros suplentes, para se fazerem presentes na **Audiência Pública nº 06** deste colegiado técnico, a ser realizada no dia **28 de abril de 2010 às 10h:00min, no Plenarinho III, 2º Andar do Anexo I do Palácio Joaquim Nabuco.**

ASSUNTO: “DISCUSSÃO DO IMPASSE ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E OS MÉDICOS LEGISTAS”

Recife, 22 de abril de 2010.

Deputada Terezinha Nunes
 Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Sr. Presidente,
 Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Trago para a tribuna nesta tarde de hoje uma questão que tem sido bastante debatida na mídia nos últimos dias: o projeto de Lei 1496/2010, de autoria do governo do estado que trata da **supressão de vegetação de preservação permanente** no complexo industrial portuário de Suape. A questão traz na sua origem um tema polêmico e bastante difundido na sociedade nos dias atuais; a preservação do meio ambiente. Ao longo dos meus 20 anos de vida pública, quer seja no executivo ou legislativo, procurei sempre estar ao lado das questões que visassem à preservação do meio ambiente. Na minha terceira gestão à frente do executivo municipal em Ipojuca, no ano de 2001, cheguei a criar a secretaria de turismo, desenvolvimento econômico e meio ambiente, com uma diretoria de meio ambiente e um quadro técnico próprio. Naquele período, a expansão dos projetos em Suape já começavam a despertar nas pessoas todo o potencial do complexo industrial bem como as consequências no desenvolvimento municipal e estadual. Ipojuca, o maior município da região metropolitana de Recife em área física, já passava a ser destaque nacional com as belezas da praia de Porto de Galinhas. O binômio crescimento econômico e preservação ambiental passou a ser destaque na administração municipal. No âmbito do crescimento econômico, criei a lei de incentivo fiscal com contrapartida social para que novas indústrias se sentissem atraídas a se instalar em Ipojuca. Já no âmbito ambiental, deixei como meu maior legado, a criação e o fortalecimento do conselho de meio ambiente, a preservação das piscinas naturais de Porto de Galinhas e a implantação da agenda 21 que contou na época com a participação da sociedade no estabelecimento de metas futuras ao desenvolvimento sustentável do Ipojuca. O atual projeto de Lei do governo estadual propõe uma maior expansão industrial e econômica ao município, com a implantação de mais estaleiros navais ao complexo industrial de Suape. Como está dito no seu próprio enunciado, o projeto trata de **supressão de vegetação em área de preservação permanente**, o que, por si só, leva em conta apenas um lado do desenvolvimento.

O jornal Diário de Pernambuco, edição de ontem, traz um artigo do economista e pesquisador social Clóvis Cavalcanti que traz um alerta *“para não se destruir o que está preservado e preservar o que está destruído”*, pela simples compensação ambiental das áreas de canaviais em contrapartida a supressão de mangue, restinga e mata atlântica. No blog de ciência e meio ambiente do Jornal do Comércio, uma relevante entrevista com o prof. Ralf Schwamborn da UFPE, conceituado estudioso na dinâmica dos manguezais, traz outra forte revelação: “não conheço (no Brasil), projeto de lei com uma destruição de manguezais nas proporções que observamos em Suape”. Como podemos ver, nobres colegas, a questão como está proposta, trará sérios prejuízos ambientais, não só a Ipojuca, como a todo ecossistema posicionado ao sul da região metropolitana de Recife.

Na semana que passou, escrevi um artigo para o jornal Tribuna Popular, de circulação na área sul da região metropolitana e fiz um pronunciamento, nesta mesma tribuna, ressaltando a necessidade dos municípios no entorno de Suape de criar distritos industriais para fomentar pequenos e médios negócios aos grandes empreendimentos de Suape, o que poderia ser uma alternativa ao projeto agora proposto. Naquela ocasião, fiz ver que um único empreendimento, a

refinaria de petróleo, chega a ocupar aproximadamente 10% da área do complexo industrial, mostrando já uma saturação do espaço físico inicial concebido de 13 500 hectares.

Não sou e nunca serei contra o desenvolvimento do meu estado, ainda mais agora que posso sentir nas pessoas uma satisfação pelo forte momento econômico vivido, mas não posso ficar omisso nem muito menos deixar de me posicionar de forma clara para que seja revista a **supressão da vegetação de áreas de preservação permanente** de Suape, tal como fiz em duas outras oportunidades daqui desta tribuna, em questões de preservação ambiental, me posicionando pela conservação do espaço ocupado pelo Hospital Ulisses Pernambucano, conhecido como hospital da Tamarineira. Tenho dito.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA JACILDA URQUIZA NA REUNIÃO DO DIA 20 DE ABRIL DE 2010. APELO AO SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DE OLINDA PARA RECUPERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DO TRÂNSITO DE OLINDA.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, profissionais da imprensa e demais presentes a essa reunião:

Venho à Tribuna na tarde de hoje para fazer um apelo, em nome de toda a comunidade olindense, ao Secretário de Transportes de Olinda, João Luiz da Silva, no sentido de providenciar urgentemente a recomposição da pintura da sinalização horizontal de trânsito na cidade de Olinda, especialmente, as faixas brancas para travessia de segurança dos pedestres.

O apelo que faço se faz necessário porque a falta de sinalização horizontal nas ruas de Olinda é muito preocupante, em especial as faixas brancas de pedestres que desapareceram dos principais cruzamentos da cidade.

Não importa o bairro que se trafegue, são inúmeros os corredores que não possuem faixas de pedestres ou divisórias de pista, que fazem a diferença no tráfego de veículos. A ausência de pintura nas vias fere a legislação e dificulta a travessia, aumentando o risco de atropelamentos e acidentes.

A sinalização horizontal tem a finalidade de transmitir e orientar os usuários sobre as condições de utilização adequada da via, compreendendo as proibições, restrições e informações que lhes permitam adotar comportamento adequado, de forma a aumentar a segurança e ordenar os fluxos de tráfego.

É um sistema auxiliar da sinalização viária que se utiliza de linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias. Têm como função: organizar o fluxo de veículos e pedestres complementando os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação, tudo de acordo com a Resolução 236/07 do Conselho Nacional de Trânsito. Estranhamente a Prefeitura de Olinda tem se preocupado com a pintura dos meio-fios, talvez em busca de um padrão estético que passe a impressão de zelo com a organização urbana, mas, tem negligenciado totalmente com a sinalização horizontal colocando em risco a integridade física dos que circulam pelas principais vias de trânsito, principalmente, com a parte mais vulnerável que são as pessoas.

Nesse particular ainda existe o agravante de que na maioria dos cruzamentos e em área de grande de fluxo de pessoas como escolas e supermercados, além das faixas brancas estarem quase apagadas, não existem as placas

verticais alertando sobre a travessia de pedestres, o que torna essas passagens uma verdadeira “roleta russa” principalmente para os idosos, crianças e portadores de necessidades especiais.

Conclamo meus pares legislativos dessa Casa, em vista seriedade do problema exposto, a aprovarem a Indicação de apelo que deverá ser encaminhada ao senhor Secretário de Transportes de Olinda, para que esse problema seja imediatamente solucionado. Era o que tinha a solicitar na tarde de hoje Senhor Presidente.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO NELSON PEREIRA DE CARVALHO DE 03 DE MARÇO DE 2010.

MOBILIDADE SOCIAL DA CLASSE C

Senhor Presidente. Nobres Deputados. Neste mês de fevereiro, a revista Carta Maior publicou um artigo intitulado “A Classe C vai ao paraíso”, de autoria de Francisco Carlos Teixeira. No texto, ele detalha a recente pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre a mobilidade social no Brasil e a sua relação histórica com os nossos governos. Para o autor, é extremamente importante e decisiva a interferência do Estado para mudar a realidade de seu povo.

De acordo com o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Centro de Políticas Sociais do Rio de Janeiro, entre os anos de 2003 e 2005, 27 milhões de pessoas mudaram de patamar social no país. Ascendendo para uma condição social superior, mais digna e mais humana. Isso nos revela um alto índice de mobilidade social no país.

Ainda pelos resultados da pesquisa, vemos que, no ano de 2008, o número de brasileiros que alcançaram a chamada Classe C, com pessoas que ganham entre 1.115 e 4.807 reais por mês, subiu para 49,22% do total de nossa população. No ano de 2003, esse percentual era de 37,56%. Isso significa que, em apenas cinco anos, 11,66% de nossos brasileiros conseguiram ascender na escala social.

Sobre isso, o jornal O Globo publicou, em matéria do dia 7 de fevereiro, as seguintes palavras: (abre aspas) “essa migração em massas alterou o rumo da divisão historicamente desigual do bolo no Brasil” (fecha aspas). Mas, isso não foi feito da noite para o dia. É fruto das transformações e conquistas sociais ocorridas ao longo de várias décadas.

Segundo Francisco Carlos Teixeira, autor do artigo, a luta para a diminuição das desigualdades sociais no país iniciam ainda a partir do ano de 1930 com a escolha de Getúlio Vargas para a presidência da República. Com ele, os trabalhadores tiveram alguns de seus direitos ampliados como a criação da Justiça do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho e a oficialização do sindicalismo.

Mas, a relação do setor patronal com a política sufocou sucessivas vezes a luta dos trabalhadores. Tardando, cada vez mais, a busca do povo brasileiro por uma vida melhor. Com o Golpe de 64, esse sonho se tornava mais distante visto que o principal objetivo dos militares era esvaziar os movimentos sociais. Além de não investir na assistência básica à população para tentar pagar a dívida externa.

Com o tempo, percebeu-se que esse modelo era falho e a população se uniu aos movimentos sociais para derrubar os militares. Porém, aqueles que assumiram o Brasil, no seu período de redemocratização, preferiram priorizar as elites às classes mais pobres e necessitadas. Preferiram esquecer os avanços trabalhistas iniciados na época de Vargas, ao invés de ampliá-los.

Ouso dizer que a chegada de Luis Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 2003, deu um novo fôlego aos movimentos sociais e, claro, aos brasileiros que desejam uma vida melhor. O presidente Lula mostrou que é possível fazer um país crescer ao mesmo tempo em que se coloca a disposição da população mais educação, saúde, emprego e outros setores da assistência básica. Governo Lula tirou da linha de miséria milhares de brasileiros e deu-lhes mais autonomia. Atualmente, os brasileiros têm mais poder de compra, mais direito de expressar a sua opinião e isso tem sido mostrado nas urnas. A mesma matéria do jornal O Globo, que citei no começo deste pronunciamento, dizia o seguinte: (abre aspas) “os anos 2000, permitiram ao novo consumidor não só comprar, mas escolher o produto com que mais se identifica” (fecha aspas).

Em suma, senhor Presidente e nobres Deputados, como citou o Francisco Carlos Teixeira, ao final de seu artigo: Vivemos num país melhor, mais justo e menos desigual! Era isso, senhor Presidente. Muito Obrigado!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO NELSON PEREIRA DE CARVALHO NA REUNIÃO DO DIA 10 DE MARÇO DE 2010

O FIM DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)

Senhor Presidente. Nobres Deputados. Como já deve ser do conhecimento de todos, no último dia 28 de dezembro, foi assinado, em Brasília, um decreto que põe fim às Administrações Executivas e Postos Indígenas da Fundação Nacional do Índio, a FUNAI. Com a medida, somente em Pernambuco, milhares de índios podem ficar desassistidos de políticas públicas e centenas de

servidores podem ficar desempregados.

No dia 04 de janeiro, participei de uma reunião com índios de Pernambuco e da Paraíba, além de servidores da FUNAI no Estado. Segundo eles, o texto que compõe o decreto nº 7.056 foi redigido sem nenhuma consulta aos funcionários da Fundação e, principalmente, sem nenhuma decisão ou participação dos índios.

Dois dias depois, uma nova reunião elegeu representantes dos índios de Pernambuco e da Paraíba que viajaram até Brasília para tentar um encontro com o presidente Lula e o ministro da Justiça, Tarso Genro. Lá, eles acamparam em frente à Esplanada dos Ministérios e protestaram contra a execução do decreto.

Pela proximidade que tenho com as comunidades indígenas e como representante do Poder Público Estadual, me sinto no dever de trazer esta preocupação para a Casa de Joaquim Nabuco e trabalhar para que preciso para que nem índios, nem servidores saiam prejudicados desse processo.

Vale lembrar, nobres companheiros, que Pernambuco é o estado com a quarta maior população indígena do país. Ao todo, são 11 etnias distribuídas em 16 municípios. Isso fez com que fossemos, ainda no ano de 1910, um dos primeiros a receber uma Inspetoria Regional do Índio. Órgão que foi o núcleo de formação do que conhecemos, hoje, como Administração Executiva Regional da FUNAI com uma de suas sedes aqui em Pernambuco. Um grupo de trabalho autônomo subordinado apenas ao presidente da Fundação.

Neste ano de 2010, os trabalhos para a assistência social e a garantia dos direitos dos índios no Estado completam 100 anos e não podemos deixar esta luta enfraquecer. Atualmente, sob a jurisdição da FUNAI Pernambuco estão outros quatro estados e sob seus cuidados mais de 60 mil índios.

Caso o decreto nº 7.056 seja executado, 44 das 45 Administrações Executivas Regionais no país deixarão de existir, bem como 337 Postos Indígenas localizados na entrada das aldeias. Tudo para dar lugar a Coordenadorias Técnicas. Com a aplicação do decreto, a presidência da FUNAI promete ainda, neste processo de transição, a elaboração de concursos públicos para a contratação de novos servidores. Elevando o número de funcionários da instituição de 2 mil e 400 para 5 mil e 500 até 2012.

Ao trazer este tema para a tribuna da Assembleia Legislativa, trago também a preocupação de índios e servidores da FUNAI. Não estamos tratando, aqui, da disputa de poder ou de qual estado terá jurisdição sobre outro. Estamos falando de sobrevivência. Nenhuma garantia está sendo dada aos índios e servidores da FUNAI neste processo de transição.

A FUNAI é responsável, entre outras coisas, pela assistência social em geral, a inclusão dos índios nos projetos sociais do Governo Federal e, principalmente, a demarcação de terras das reservas indígenas. Se o decreto nº 7.056 for executado e alguma falha ocorrer nesse processo de transição, deixando os índios descobertos um só minuto é a deixa que garimpeiros e alguns exploradores de terra precisam para invadir aldeias e reservas indígenas.

O que eu quero deixar claro, senhor Presidente, é que a construção do decreto não foi transparente. Em nenhum momento, ao contrário das Conferências Sociais, o povo indígena não foi consultado. Então, enquanto pudermos, vamos estar firmes nesta luta para que os direitos de todos sejam garantidos.

Tenho dito, senhor Presidente. Muito Obrigado!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO NELSON PEREIRA DE CARVALHO NA REUNIÃO DO DIA 16 DE MARÇO DE 2010

AÇÕES DO SINDICONTAS JUNTO AO TCE

Senhor Presidente. Nobres Deputados. Gostaria de usar o meu tempo na tribuna, esta tarde, para destacar as ações do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em benefício de toda a sociedade pernambucana. Estou falando do projeto Diálogo pelo TCE e de outras ferramentas que vêm sendo utilizadas para ampliar a fiscalização no uso do dinheiro público.

O Sindicontas é a entidade representativa de todos os servidores do Tribunal de Contas de Pernambuco. Um sindicato que, no próximo ano, completará 25 anos de plena atividade se somados ao seu tempo de existência os trabalhos da Associação dos Funcionários do TCE, entidade que originou o Sindicontas. A história desse sindicato é marcada pela independência política, pela defesa dos interesses da sua categoria e a aliança na defesa do Controle Externo. Foi assim que, há mais de 10 anos, o Sindicontas criou o lema “Fiscalizar Gastos é Gerar Receita” e lançou um projeto de conscientização social denominado “Acertando as contas com a sociedade”.

Nesta mesma perspectiva, o Sindicontas lançou, em 2009, o projeto Diálogo pelo TCE. Uma iniciativa pautada em três eixos: o fortalecimento e a união dos servidores do Tribunal de Contas do Estado; a criação de mecanismos que ofereçam maior eficiência ao TCE; e o desenvolvimento de canais para o diálogo com a sociedade, de forma a articular o Controle Externo e o Controle Social da Administração Pública.

No próximo mês de maio, como parte das ações do projeto Diálogo pelo TCE, o Sindicontas colocará a disposição dos pernambucanos mais uma ferramenta para a fiscalização do dinheiro público: um portal na internet voltado para a disseminação do ideal e o fortalecimento do Controle Social. Um espaço onde

cidadãos comuns poderão obter informações preciosas e serão orientados sobre os vários mecanismos para controlar os atos da administração pública.

Devo lembrar que controlar os atos da administração pública é controlar o uso dos impostos dos cidadãos de forma que sejam tratados com lisura e eficiência. Além de cobrar a efetivação das políticas públicas de modo que as ações do Poder Público resultem em melhorias concretas para a vida das pessoas. Especialmente, aquelas que vivem nas camadas mais necessitadas da nossa sociedade.

Como, cada vez mais, as pessoas utilizam a internet como principal fonte de pesquisa, este portal criado pelo Sindicontas colocará a disposição dos pernambucanos informações sobre licitações, auditoria de obras, controle dos concursos públicos e outras formas de fiscalizar as administrações públicas. Sempre buscando estimular o controle social da população, o bom uso dos recursos públicos e a concretização dos direitos fundamentais garantidos na Constituição Brasileira.

Ainda para o mês de maio, está prevista a realização do seminário “Nordeste, Controle Externo e Desenvolvimento Sustentável”. Um evento com a participação de servidores dos tribunais de contas de outros estados, servidores pernambucanos e entidades da sociedade civil organizada. Na ocasião, serão apresentadas experiências de sucesso nas ações para o Controle Externo no Nordeste e sua importância para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Deste modo, o Diálogo pelo TCE promove, regionalmente, o nome do Tribunal de Contas de Pernambuco e do estado como um todo, visto que o Tribunal Pernambuco é referência nacional em qualidade. O que é resultado da independência e competência do seu corpo técnico, da ação pioneira dos primeiros servidores, hoje, em sua maioria aposentados e dos sucessivos concursos públicos que trouxeram inovações e ideias ao TCE.

O projeto Diálogo pelo TCE tem motivado a realização de assembleias e várias reuniões internas, bem como elaborado um conjunto de pleitos funcionais. A Mesa de Diálogo pelo TCE, fórum que congrega os diversos cargos que compõem a categoria, construiu um relatório de propostas, como a reformulação da estrutura funcional do TCE, tendo como objetivo a valorização dos cargos que atualmente integram o quadro de servidores do Tribunal de Contas. Outros elementos também estão na pauta que foi encaminhada, desde o ano passado, à gestão do Tribunal de Contas de Pernambuco.

Nós parlamentares não podemos nos furtar ao debate e à contribuição a este projeto. Há que se homenagear essa iniciativa e propagá-la aos quatro cantos do Estado. Desejando que o Sindicontas obtenha sucesso em sua missão. Saudando a todos os servidores do TCE. Aqueles que estão, neste momento, fiscalizando as contas dos vários municípios e das várias ações estruturadoras do Governo do Estado. Aqueles que estão fiscalizando editais licitatórios, concursos e aposentadorias. Aqueles que desenvolvem métodos modernos, pautados na auditoria de tecnologia da informação, aqueles que desenvolvem funções de administração, zelando pela eficiência e organização do TCE. A todos esses lanço a minha saudação e desejo de sucesso nesta justa empreitada. Era isso, senhor Presidente. Muito Obrigado!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO NELSON PEREIRA DE CARVALHO NA REUNIÃO DO DIA 24 DE MARÇO DE 2010

O LANÇAMENTO DO LIVRO “UM RIO DE GENTE” E A SEMANA DA ÁGUA

Senhor Presidente. Nobres Deputados. Na Semana da Água, o lançamento de um livro chama a nossa atenção não só para questões ambientais, mas também para temas relacionados a elas. Com textos de Inácio França e fotografias de Tuca Siqueira, o livro “Um rio de gente” é coordenado pelo especialista em gestão de recursos hídricos e produtor cultural, Alexandre Ramos.

A obra surgiu da vontade de resgatar e documentar as várias histórias, lendas e casos que existem em torno deste que um dos mais extensos rios de Pernambuco, o Capibaribe. Em seus 270 quilômetros de extensão, nascendo de um filete de água, lá no município de Poção e desembocando no mar, aqui no Recife, o Capibaribe guarda muitos relatos de gente que depende dele para sobreviver.

O contrário também acontece, pois os nossos rios dependem de ações mais conscientes para continuar nos abastecendo. Como comenta Alexandre Ramos, na apresentação do livro, “nós demos as costas para os rios, mas, se pararmos para pensar, o nosso inconsciente está repleto de passagens por eles”.

É sobre essa relação da população ribeirinha com o rio Capibaribe e vice-versa que trata o livro “Um rio de gente”. São 26 histórias de pessoas simples que conseguem enxergar no Capibaribe muito mais que uma simples fonte de água. Elas conseguem enxergar ali uma fonte de renda, de disputa pela posse de terras, de discussões de gênero e econômicas, de festas populares, entre outros aspectos.

Para coletar os relatos que foram publicados no livro, a equipe de produção passou pelas cidades de Poção, Jataúba, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Vertentes, Surubim, Salgadinho, Passira, Limoeiro, Lagoa do Carro, Paudalho, Camaragibe e Recife.

Além do Capibaribe, aproximadamente, outros 20 rios cortam Pernambuco. Os principais são o São Francisco, o próprio Capibaribe, o Ipojuca, o Una, o Pajeú e o

Jaboatão. Faixas de água que já sofrem com as mudanças naturais de clima, como os longos períodos de estiagem, e ainda têm de conviver com a nossa falta de atenção e educação.

O Movimento da Mata Uchoa, por exemplo, luta para que não seja implantada uma usina de tratamento de lixo na área, pois a ação pode contaminar uma corrente de água que passa por ali. Já em Toritama, a cidade do jeans, as iniciativas da prefeitura vêm, há alguns anos, diminuindo o impacto da produção do jeans nos rios do município. Antes, toda a água suja utilizada na lavagem do jeans corria diretamente para o rio. Hoje, ela recebe um tratamento adequado e é reutilizada na própria fábrica.

Por isso, nobres Deputados, quando utilize esta tribuna para falar sobre a Semana da Água e trago este livro como exemplo e suporte, não estou falando apenas de questões ambientais. Porque ao destruir um rio, estamos destruindo também toda a vida que existe ao redor dele. Para finalizar, senhor Presidente, já que falei no livro “Um rio de gente”, gostaria de convidar todos os deputados aqui presentes para o lançamento desta belíssima obra. A festa ocorrerá, amanhã, quinta-feira, a partir das 19 horas, no Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – o MAMAM, aqui mesmo na rua da Aurora.

Era isso, senhor Presidente. Muito Obrigado!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO NELSON PEREIRA DE CARVALHO NA REUNIÃO DO DIA 31 DE MARÇO DE 2010

SOBRE A ODONTOLOGIA DO TRABALHO

Senhor Presidente. Nobres Deputados. Da quinta-feira da semana passada até o último domingo, foi realizado, no Centro de Convenções, o vigésimo Congresso Pernambucano de Odontologia. Com o tema “Odontologia: educação promovendo saúde”, o Copepo reuniu 600 apresentações de trabalhos, 25 cursos, 20 conferências e dois simpósios. Ou seja, foi um evento de grande porte para a odontologia pernambucana do qual tivemos a oportunidade de participar.

Na ocasião, distribuímos alguns informativos com notícias sobre a odontologia do trabalho, já que tramita na Câmara Federal um Projeto de Lei que obriga empresas de grande porte a ter um dentista no ambiente de trabalho. A PL 422/2007 altera os artigos 162 e 168 da Consolidação das Leis de Trabalho para incluir a odontologia do trabalho entre os serviços especializados que as empresas devem oferecer aos seus empregados.

O texto foi aprovado, primeiramente, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, logo em seguida, pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal. Nos dois casos, o Projeto de Lei não sofreu nenhuma emenda. O que mostra a precisão do texto, necessidade da concretização de um projeto como este e a força da categoria.

Porém, para ser aprovada em caráter definitivo, a PL 422/2007 precisa ser aprovada ainda nas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; e Constituição, Justiça e Cidadania. A odontologia do trabalho, senhores deputados, é mais um artifício para garantir a saúde do trabalhador, pois os transtornos bucais têm sido causa constante de absenteísmo – que a ausência do trabalhador no ambiente de trabalho por motivo de doença – e acidentes de trabalho.

Com o acompanhamento da Associação Brasileira de Odontologia de Minas Gerais, foi realizada uma pesquisa em uma mineradora daquele estado, entre os meses de novembro de 2006 e janeiro de 2007. O estudo feito com 382 trabalhadores, o que representou 57% do seu total, mostrou que 39,5% das faltas ao trabalho por motivo de doença eram devidas a causas odontológicas.

Independentemente da aprovação do Projeto, algumas empresas do setor privado já colocaram a disposição de seus empregados um dentista e os números são impressionantes. A COSIPA, indústria siderúrgica do estado de São Paulo, há 10 anos atua com odontologia do trabalho e conseguiu reduzir o índice de cárie de seus trabalhadores para 4,6% contra a média brasileira que é de 13,3%.

Há também iniciativas públicas de destaque, como é o caso do Governo do Distrito Federal que, através de Lei Distrital, criou o Centro de Atenção ao Trabalho e à Saúde do Servidor do Distrito Federal. No espaço, o trabalhador conta com odontólogos que fazem parte de equipes multiprofissionais dos Núcleos de Perícia e Saúde Ocupacional.

É bom deixar claro, senhor Presidente, que o papel do dentista no ambiente de trabalho é promover, monitorar e manter a saúde ocupacional na área da odontologia. O Conselho Federal de Odontologia, em seu artigo 6º, diz que “compete ao cirurgião-dentista atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de faltas ao emprego”. Mais à frente, no artigo 30, define a odontologia do trabalho como “a especialidade que tem como objetivo a busca permanente da compatibilidade entre a atividade laboral e a preservação da saúde bucal do trabalhador”.

Portanto, nobres companheiros, a PL 422/2007 está em perfeita conformidade com a atividade do odontólogo legalmente reconhecida. Além disso, a regulamentação do exercício da odontologia é anterior à Lei que instituiu a CLT. Logo, existe uma lacuna referente à saúde do trabalhador que precisa ser preenchida para representar não só um aprimoramento no arcabouço legal, mas também o resgate de uma dívida com os trabalhadores que poderão contar com os serviços da odontologia do trabalho.

Tenho dito, senhor Presidente. Muito Obrigado!